

Mahon, Eduardo (2018). *Alegria*. Cuiabá: Carlini & Caniato; Porto Alegre: Editora Sulina, 2018, pp. 175.

Sérgio Guimarães de Sousa
 Universidade do Minho
 spgsousa@ilch.uminho.pt

No contexto de uma atenção editorial cada vez mais dependente em larga escala de sofisticadas estratégias de *marketing*, todo o crítico literário ter-se-á já confrontado com essa experiência, sempre surpreendente e feliz, que é a de se cruzar com um livro praticamente anónimo, porque assinado por um escritor pouco menos do que desconhecido, e descobrir, afinal, no seu interior um texto magnífico. Um livro, por outras palavras, cujo virtuosismo estético-literário saltaria de tal modo à vista que, sem grandes despesismos hermenêuticos, merecesse o direito imediato à preservação.

No meu caso, o escritor chama-se Eduardo Mahon, e o livro intitula-se *Alegria*. Em bom rigor, o autor não me era de todo incógnito. Dele tinha previamente lido *Contos Estranhos* (2017), textos assaz exemplificativos da sua estupenda perícia técnico-narrativa e do seu não menos impressionante poder imaginativo. Em todo o caso, esta introdução prévia ao romancista pela mão segura do contista não podia por si só antecipar a excepcionalidade do romance. Como é sabido, bons contistas não desembocam forçosamente em romancistas de primeira linha.

Que dizer, então, no curto espaço desta recensão, de *Alegria*? Antes de mais, que não será necessária particular sagacidade hermenêutico-exegética para filiar esta obra numa ascendência literária facilmente reconhecível. A narrativa, com efeito, apresenta-se sem custo como possível filha pródiga d' *O Alienista*, sem prejuízo, como é claro, de outras referências intertextuais maiores (*Rhinocéros*, de Ionesco, por exemplo; ou mesmo, consinta-se, por flagrante contraposição temática, *Intermitências da Morte*, de Saramago).

Assumido herdeiro ou não de Machado de Assis, o certo é que Mahon nos oferece, nesta fábula, tintada de realismo mágico, uma poderosa alegoria em torno da condição humana. A traços largos, a intriga resume-se em poucas palavras. Divorciado e sem grandes

estados de alma, um médico, em tudo banal, exila-se numa pequena cidade do interior, sugestivamente denominada Alegria. É então que, muito estranhamente, irrompe um fenómeno inimaginável: um virulento surto de suicídios, antecipado, como se de um sinal profético se tratasse, pela morte de todos os peixes do rio. Dir-se-ia que o jovem clínico, contrariando a incumbência profissional, trouxe, sem que ninguém alguma vez o venha a suspeitar, a morte por contaminação. Ou seja, como se a ontologia do vazio que parece transparecer na sua personalidade, um tanto descomprometida com a realidade (desde logo, pela sua manifesta incapacidade, ou quase, de estabelecer laços sólidos com quem quer que seja), se traduzisse na morte de todos aqueles que com ele privassem. Tanto mais que antes de chegar a Alegria, o médico, em boa verdade, já trazia no seu encalço os óbitos, razoavelmente inexplicáveis, da ex-mulher e, antes disso, do pai. A situação, sem paralelo, torna-se tão crítica que o poder político, alarmado com a incessante proliferação de cadáveres, se vê constrangido a adotar, procurando deste modo evitar o extremo abismo, medidas drásticas e muito típicas dos regimes totalitário-burocráticos. Razão pela qual a pacatez de Alegria se converte bem depressa no seu reverso obscuro. O ponto mais alto desse reverso ocorre quando tudo passa a funcionar num horizonte despótico, que é como quem diz, ao serviço de uma estratégia de perseguição obsessiva.

Ao nível do estilo e da linguagem, convirá assinalar que o romance se pauta por um léxico desprovido de ornamentações e todo o tipo de efeitos rebarbativos. O que isto significa é que, visto a partir de que ângulo for, o estilo é elegante e eficaz, não se perdendo na eloquência de uma retórica vácuca e empastelada. O mesmo é dizer, a excelência fraseológica de Mahon, não há como negá-lo, decorre daquela aptidão pela qual a inteligência ficcional de um escritor se mede pela sua desenvoltura em condensar muito em poucas palavras. Acresce o facto de as frases, pouco extensas, se concatenarem, de um modo geral, e a bem da legibilidade, em regime de parataxe. Como diria, n' *O Paraíso e Outros Infernos*, com inteira sensatez, José Eduardo Agualusa: «Escritores muito jovens tendem ao artifício fácil. A hiperadjetivação, por exemplo, é uma doença infantil da literatura. Mais tarde, à medida que cresce, um escritor aprende a cortar. A partir de certa altura compreendemos que o mais importante é a simplicidade. O mesmo quanto à vida. Cortando tudo quanto é artifício ficamos mais livres e, talvez, mais próximos da felicidade» (Lisboa, Quetzal, 2018,

pp. 21-22.). Não é custoso perceber que a prosa de Mahon configura esta maturidade literária de que nos fala o autor de *Milagrário Pessoa*. Despojamento estilístico só alcançável na dicção de quem, qual joalheiro a aperfeiçoar filigrana, dispõe de um domínio magistral da linguagem e das cadências do estilo. Leia-se, a título de exemplo, esta esclarecedora passagem (e repare-se, já agora, na incrível atitude fleumática, melhor dizendo, alheada do protagonista perante a tragédia de que padece Alegria): «Era questão de tempo. Eu imaginava – ou sentia – que as mortes não iriam acabar naquelas três. Suicídio é como bocejo. Quando alguém começa, a tendência é se espalhar. Pode ser desumana a comparação, mas foi o que me ocorreu no momento, observação sem nenhum rigor científico. Não tardou para se confirmar minha teoria. À noite, por volta das dez horas, quando ainda todos estavam acordados, ouviu-se uma gritaria de um canto a outro de Alegria. Do alto da ponte, jogara-se Gentil Mattos e, do outro lado, da cidade, Carlos Bianchi cortara os pulsos na bandeira de casa. Naquele momento, eu não precisava ser comunicado de nada. Os gritos me chegaram à varanda onde tomava a terceira dose de *whisky* da garrafa que estava no final. Lamentei o fato de me esquecer de fazer o gelo. Ao virar o resto do líquido, vi no fundo do copo de cristal vários homens que entravam na minha casa pelo portão de ferro. Foram me pegar para o primeiro plantão do que, enfim, foi diagnosticado formalmente: epidemia» (pp. 59-60).

Na pluralidade de itinerários que neste romance se podem trilhar, a desafiarem a cada passo a perspicácia do leitor, não é ocioso prestar demorada atenção ao investimento alegórico do texto e, por extensão, à sátira civilizacional. Sátira especialmente visível nas críticas tecidas à ordem política e às relações burguesas. Assim, este notável romance atinge não raro, pode dizer-se, a condição documental. Através dele se expõe, com as suas hierarquias, toda uma estratificação sociocultural e respetivas sociabilidades conviviais. Daqui decorre uma representação válida, é de crer, para todas as pequenas, e esquecidas, povoações do interior desse território sem fim que é o Brasil. E nesta examinação do aparelho social em formato pequeno não é menor o lugar reservado ao rastreo das enfermidades do corpo político. Revelando acentuado pessimismo político, Mahon não se inibe, pois, de enfatizar a perfeita (e, deveras, chocante) inoperância do poder instituído, seja ele nacional ou local.

Se há uma lição a extrair de *Alegria*, essa lição poderá ser, entre outras possíveis, a de a clivagem entre a boa convivência democrática e a moldura autocrática se afigurar, na realidade, bem frágil. Sobretudo se o contexto for (e não é difícil imaginar cenários suscetíveis de o preencher: alterações climáticas ferozes, pandemias, hecatombes tecno-digitais, etc.) o de uma situação radical e incontrolável.

Quanto ao (surpreendente) final do livro, que resisto à tentação de desvendar, diria somente isto: é o final astuto de uma narrativa, digamos, de interrogação, na medida em que se suspende um sentido definitivo em favor de um final algo aberto e inconclusivo. Não é essa, ao fim e ao resto, a missão por excelência da (grande) literatura?

José Tolentino Mendonça, *O que é amar um país. O poder da esperança*, Lisboa, Quetzal, 2020, 123 pp.

Leonor Martins Coelho
Universidade da Madeira e
Centro de Estudos Comparatistas
lfcoelho@staff.uma.pt

A época dissonante ditada pela Covid 19 é fonte de reflexão no livro de José Tolentino Mendonça. Nele, o leitor poderá acompanhar o modo como o ensaísta transita da herança da poesia que faz parte da identidade do povo português para um renovado projeto de construção identitária, comunitária e civilizacional: o que somos e o que seremos depois da turbulenta mudança de paradigmas imposta pela pandemia planetária? Como nos posicionaremos numa nova globalização? Na primeira parte do livro, cuja origem parte do discurso proferido pelo escritor e teólogo a 10 de junho de 2020, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, o autor sublinha: “No itinerário de um país, cada geração é chamada a viver tempos bons e maus, épocas de fortuna e infelizmente também épocas de infortúnio, horas de calma e travessias borrascosas. A história não é um *continuum*, mas é feita de maturações, deslocações, ruturas e recomeços. O importante é que, como comunidade, nos encontremos unidos em torno da atualização